

Chineses driblam a censura e discutem em blogs queda de Mubarak

Loretta Chao

A China manteve pulso firme sobre o noticiário e as discussões a respeito da dramática queda de Mubarak - um evento que poderia enviar uma mensagem subversiva a sua própria população -, mas alguns usuários da internet conseguiram driblar os censores e celebrar. "Uma vitória para a democracia!", escreveu um usuário anônimo da província de Henan num fórum on-line. "A tendência da democracia é imparável! Não há exceção para a China!".

No Sina Weibo e em outros serviços de microblogs chineses parecidos com o Twitter, as discussões dos protestos egípcios foram em parte escondidas, com buscas por "Egito" produzindo mensagens que diziam que nenhum resultado foi encontrado ou podia ser exibido, um mecanismo bastante usado pelos websites chineses para cumprir ordens da censura.

"Quase todos os serviços de microblogs e sites de redes sociais programaram seus critérios de filtro para bloquear os resultados para Egito ou Mubarak em chinês", disse Isaac Mao, da Fundação Cérebro Social, grupo de pesquisa em novas mídias e internet de Xangai. Mao disse que os censores chineses parecem estar atentos a discussões de qualquer tipo de revolução.

Ainda assim, alguns usuários de internet conseguiram postar comentários sobre o Egito em seus microblogs e trocar opiniões, driblando o filtro com a substituição dos caracteres no nome chinês de Mubarak por ideogramas de som parecido. Eles se perguntavam quando uma revolta de igual magnitude aconteceria na China.

Os manifestantes no Egito mobilizaram apoio usando sites locais populares e o Facebook, que é bloqueado na China. É o tipo de rebelião que as autoridades há muito temem que possa desafiar o poder do Partido Comunista.

A população de usuários da internet na China é agora a maior do mundo, e ferramentas de redes sociais como microblogs aceleraram a disseminação da informação, inclusive de fontes não oficiais.

As autoridades chinesas têm monitorado quaisquer sinais de revolta na internet, sobretudo em redes sociais. Elas reconhecem abertamente a ameaça que a rede impõe a seu regime autoritário.

Nos últimos dois anos as autoridades determinaram um monitoramento estreito de sites criados pelos cidadãos e fizeram operações para coibir o conteúdo ilegal. Em 2009, tentaram forçar vendedores de computador a carregar um software de filtragem da web nos PCs comercializados na China.

Também em 2009, o governo desativou o acesso à internet na região de Xinjiang depois de revoltas. O ministro de Segurança Pública, Meng Jianzhu, alertou que a rede "se tornou um meio importante para as forças anti-China engajarem em infiltração e sabotagem e elevar seu poder de destruição, o que traz novos desafios às agências de segurança pública e à estabilidade social". Ele alertou para o uso da internet para disseminar informação sobre revoltas antes que o governo possa controlá-las.

Um número crescente de usuários de internet está aprendendo a usar tecnologia para driblar a vigilância e outros métodos para acessar e compartilhar informação, assim como os manifestantes egípcios. "É simplesmente impossível remover todos os posts", disse Mao, que considera esta uma "lição" para as autoridades chinesas.

Da mesma maneira, os censores chineses, que antes passavam despercebidos pelos usuários de internet do país, têm menos condições de remover ou bloquear informação sem serem notados.

Especialistas dizem que a revolta no Egito está reforçando a preocupação com as empresas de internet e redes sociais ocidentais, especialmente por causa do papel crucial que os protestos

de Wael Ghonim, diretor de marketing do Google para o Oriente Médio e o Norte da África, tiveram no Egito.

Não foi possível entrar em contato com autoridades chinesas para obter comentários, mas o porta-voz da chancelaria afirmou em comunicado que "a China acompanhou a situação no Egito e espera que os acontecimentos ajudem a restaurar a estabilidade nacional e a ordem social o mais rápido".

A cobertura da mídia chinesa dos eventos no Egito seguiu rigidamente a reportagem da agência estatal de notícias Xinhua, o que é comum para eventos considerados politicamente delicados.

Fonte: Valor Econômico, São Paulo, 14 fev. 2011, Primeiro Caderno, p. A11.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais